Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

CAPÍTULO I DO FUNDO

Artigo 1º – O **RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** (“Fundo”) é organizado sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração e cujo exercício social terminará em 30 de setembro de cada ano, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada (“ICVM 555”). O Fundo será regido pelo presente regulamento (“Regulamento”), pela ICVM 555 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo Primeiro – O prazo de duração do Fundo é de 6 (seis) anos, a contar da data de início das atividades do Fundo, podendo ser prorrogado por até dois períodos de 1 (um) ano a critério exclusivo do Gestor (“Prazo de Duração”).

Parágrafo Segundo – Sem prejuízo do previsto no parágrafo primeiro acima, o Prazo de Duração poderá ser prorrogado por deliberação dos Cotistas reunidos em assembleia geral de Cotistas (“Assembleia Geral”), convocada especificamente para este fim, nos termos previstos neste Regulamento. Na hipótese de o Prazo de Duração do Fundo encerrar-se em dia não útil, a liquidação do Fundo será efetuada no 1º (primeiro) dia útil subsequente.

Parágrafo Terceiro – A Administradora (conforme adiante definido) e o Gestor (conforme adiante definido) realizarão o processo de desinvestimento, conforme estratégia de desinvestimento do Gestor, até o término do Prazo de Duração, sendo que quaisquer recursos oriundos do desinvestimento serão utilizados, primeiramente, para pagamento integral dos encargos do Fundo, se houver, e para reinvestimento ou constituição de provisão para pagamento de futuros encargos do Fundo, e, por fim, para amortização das Cotas (conforme adiante definido), de acordo com o estabelecido neste Regulamento.

Parágrafo Quarto – O Fundo destina-se a investidores profissionais, nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Investidores Profissionais”, “Resolução CVM 30”, e “Cotistas” ou, individual e indistintamente, “Cotista”). O enquadramento do Cotista como investidor profissional será verificado pela Administradora (conforme adiante definido), no ato do ingresso do Cotista ao Fundo, nos termos da Resolução

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

CVM 30, sendo certo que o posterior desenquadramento não implicará a exclusão do Cotista do Fundo.

CAPÍTULO II **DA ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO E OUTROS SERVIÇOS**

Artigo 2º – A prestação dos serviços do Fundo ocorrerá da seguinte forma:

(i) **Administradora:** **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ataulfo de Paiva, nº 153, sala 201, Leblon, CEP 22440-032, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (“CNPJ/ME”) sob o nº 02.332.886/0001-04, devidamente credenciada na CVM como administradora de carteira de títulos e valores mobiliários, de acordo com o Ato Declaratório da CVM nº 10.460, de 26 de janeiro de 2009 (“Administradora”).

(ii) **Gestor:** **RBR Gestão de Recursos Ltda.**, sociedade empresária limitada com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.400, 12º andar, conjunto 122, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.259.351/0001-87, devidamente autorizada à prestação dos serviços de gestão profissional da carteira do Fundo, por meio do Ato Declaratório da CVM nº 13.256, de 28 de agosto de 2013 (“Gestor”). A gestão da carteira do Fundo é a gestão profissional, conforme estabelecido neste Regulamento, dos ativos financeiros dela integrantes, tendo poderes para (i) negociar, em nome do Fundo, os ativos financeiros que compõem a sua carteira; e (ii) exercer o direito de voto decorrente dos ativos financeiros detidos pelo Fundo, realizando todas as demais ações necessárias para tal exercício, observado o disposto no presente Regulamento.

(iii) **Custódia e Tesouraria:** **Bny Mellon Banco S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 10º andar, conjunto 1001, Centro, CEP 20030-905, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 42.272.526/0001-70, devidamente credenciado na CVM como custodiante, de acordo com o Ato Declaratório da CVM nº 12.605, de 26 de setembro de 2012 (“Custodiante”).

(iv) **Controladoria e Escrituração:** **Bny Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.201.501/0001-61, devidamente credenciado na CVM como custodiante, de acordo com o Ato Declaratório da CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

(v) **Distribuição:** distribuidores devidamente habilitados para tanto.

Parágrafo Primeiro – A Administradora e o Gestor estão obrigados a adotar as seguintes normas de conduta:

I - exercer suas atividades buscando sempre as melhores condições para o Fundo, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar à administração de seus próprios negócios, atuando com lealdade em relação aos interesses do Cotista e do Fundo, evitando práticas que possam ferir a relação fiduciária com eles mantida, e respondendo por quaisquer infrações ou irregularidades que venham a ser cometidas sob sua administração ou gestão;

II - exercer ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos decorrentes do patrimônio e das atividades do Fundo, ressalvado o que dispuser este Regulamento sobre a política relativa ao exercício de direito de voto do Fundo; e

III - empregar, na defesa dos direitos do cotista, a diligência exigida pelas circunstâncias, praticando todos os atos necessários para assegurá-los, e adotando as medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo Segundo – A Administradora e o Gestor devem transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possam alcançar em decorrência de sua condição, sem prejuízo da remuneração que lhes é devida, exceto nas situações em que (i) o Fundo se destina à Investidores Profissionais, e a totalidade dos Cotistas tenham assinado o Anexo 92-A, da ICVM 555; ou (ii) o Fundo invista mais de 95% (noventa e cinco por cento) de seu patrimônio em um único fundo de investimento.

CAPÍTULO III

DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO E DA COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA DO FUNDO

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

Artigo 3º – O Fundo é classificado como “Multimercado”, de acordo com a regulamentação em vigor.

Artigo 4º – O Fundo tem como objetivo obter ganhos de capital através da aplicação de seus recursos em ativos e/ou operações no exterior, preponderantemente no mercado imobiliário.

Parágrafo Único – O objetivo do Fundo previsto neste Capítulo não representa, sob qualquer hipótese, garantia do Fundo, da sua Administradora ou de seu Gestor quanto à segurança, rentabilidade e liquidez dos títulos componentes da carteira do Fundo.

Artigo 5º – O Fundo aplicará seus recursos em cotas de fundos de investimento *offshore* ou outros veículos *offshore* permitidos pela regulamentação em vigor e pelo presente Regulamento, desde que geridos pelo Gestor ou por partes relacionadas ao Gestor e que invistam seus recursos exclusivamente em ativos imobiliários, bem como em ativos financeiros de renda fixa negociados no Brasil e no exterior, para fins de gestão de caixa do Fundo.

Parágrafo Primeiro – O Fundo obedecerá aos seguintes limites em relação ao seu patrimônio líquido:

LIMITES POR EMISSOR	
ATIVO	PERCENTUAL (em relação ao patrimônio líquido do Fundo)
Instituição financeira	Sem limites
Companhia aberta	
Fundo de investimento	
União Federal	
Títulos ou valores mobiliários de emissão da Administradora, do Gestor ou de empresas a eles ligadas	
Cotas de fundos de investimento administrados pela Administradora, Gestor ou empresas a elas ligadas	
Pessoas físicas (desde que conte com cobertura integral de seguro, coobrigação integral de instituição financeira ou	Vedado

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

pessoa jurídica com balanço auditado ou carta fiança emitida por instituição financeira) ou outras pessoas jurídicas de direito privado	
Renda variável (ações, bônus ou recibos de subscrição, cotas de fundos de investimento de ações e cotas de fundos de investimento de índice de ações e BDR níveis II e III)	

LIMITES POR MODALIDADE DE ATIVO FINANCEIRO	
ATIVO	PERCENTUAL (em relação ao patrimônio líquido do Fundo)
Títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos	Sem limites
Títulos de emissão ou coobrigação de instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil	
Notas promissórias e debêntures desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública	
Cotas de fundos de investimento ICVM 555	
Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento ICVM 555	
Cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados	
Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados	
Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI	Vedado
Cotas de fundo de índice local atrelado a moedas digitais (“ <u>Ativos Digitais</u> ”)	
Ouro, desde que adquirido ou alienado em negociações realizadas em mercado organizado	
Contratos derivativos, exceto se referenciados nos ativos listados abaixo	

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

Ações, desde que tenham sido emitidas por companhias abertas e objeto de oferta pública	
Valores mobiliários diversos daqueles previstos abaixo, desde que objeto de oferta pública registrada na CVM	
Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário – FII	
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	
Cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios – FIC FIDC	
Cotas de fundos de índice admitidos à negociação em mercado organizado	
Outros ativos financeiros não previstos no presente quadro	
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIDC-NP	
cotas de Fundos de Investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados – FIC-FIDC-NP	
Cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores profissionais registrados com base na ICVM 555	
Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores profissionais registrados com base na ICVM 555	
Cotas de fundos de investimento em participação	
Cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em participação	

Parágrafo Segundo – O Fundo respeitará ainda os seguintes limites:

ATIVO	PERCENTUAL (em relação ao patrimônio líquido do Fundo)
Operações em mercado de derivativos	Vedado

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Ativos financeiros classificados como crédito privado	Poderá mais de 50%
Ativos financeiros negociados no exterior	Até 100%
Operações que gerem alavancagem ao Fundo	Não
Margem	Vedado
Emprestar ativos financeiros	Até 100%
Tomar ativos financeiros em empréstimo	Vedado

Parágrafo Terceiro – O Fundo poderá ter perdas decorrentes de operações nos mercados em que atue, podendo tais perdas ser limitadas ao seu patrimônio líquido.

Parágrafo Quarto – O Fundo poderá, a critério do Gestor, contratar quaisquer operações nas quais figurem como contraparte, direta ou indiretamente, a Administradora, o Gestor ou as suas empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias sob controle comum, bem como quaisquer carteiras, fundos de investimento e/ou clubes de investimento administrados pela Administradora, Gestor, ou pelas demais pessoas acima referidas.

Parágrafo Quinto – O FUNDO PODE ESTAR EXPOSTO A SIGNIFICATIVA CONCENTRAÇÃO EM ATIVOS FINANCEIROS DE POUCOS EMISSORES, COM OS RISCOS DAÍ DECORRENTES.

Parágrafo Sexto – O FUNDO PODERÁ ADQUIRIR ATIVOS OU MODALIDADES OPERACIONAIS DE RESPONSABILIDADE DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO, OU DE EMISSORES PÚBLICOS QUE NÃO A UNIÃO FEDERAL, QUE EM CONJUNTO EXCEDAM 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO. O FUNDO ESTARÁ SUJEITO A SIGNIFICATIVAS PERDAS EM CASO DE NÃO PAGAMENTO DE TAIS ATIVOS E/OU MODALIDADES OPERACIONAIS.

Parágrafo Sétimo – As aplicações em ativos financeiros no exterior não são cumulativamente consideradas no cálculo relativo aos limites de concentração por emissor e por modalidade de ativo financeiro aplicáveis aos ativos domésticos.

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Parágrafo Oitavo – Os limites dos percentuais de enquadramento referidos neste Capítulo V deverão ser cumpridos pelo Gestor e acompanhados pela Administradora, diariamente, com base no patrimônio líquido do Fundo do respectivo Dia Útil.

CAPÍTULO IV DA REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

Artigo 6º – A remuneração total paga pelo Fundo pelos serviços de administração será de até 0,16% (dezesseis centésimos por cento), que deverá incidir sobre o somatório do patrimônio líquido do Fundo (“Remuneração do Administrador” e, quando em conjunto com a Taxa de Gestão, abaixo definida, e a Remuneração do Custodiante, abaixo definida, a “Taxa de Administração”). Fica desde já estabelecida uma remuneração mínima mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), devida à Administradora, anualmente corrigida pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) em janeiro de cada ano, caso o financeiro gerado fique aquém desse valor mínimo.

Parágrafo Primeiro – O Gestor fará jus a uma remuneração correspondente a 0,7% (setenta centésimos por cento) incidente sobre o patrimônio líquido do Fundo (“Taxa de Gestão”).

Parágrafo Segundo – A remuneração dos serviços de custódia dos ativos financeiros e valores mobiliários e tesouraria da carteira do Fundo está contida na Remuneração do Administrador, excetuadas as despesas relativas à liquidação, registro e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais devidas pelo Fundo (“Remuneração do Custodiante”).

Parágrafo Terceiro – Exclusivamente para fins de arcar com as despesas concernentes à distribuição da primeira emissão de Cotas do Fundo (“Primeira Emissão”) serão acrescidos à Taxa de Administração, em caráter excepcional e em parcela única, os seguintes custos, cumulativamente (i) 2,2136% (dois inteiros e dois mil cento e trinta e seis milionésimos por cento) sobre o volume total de subscrição das Cotas da Primeira Emissão, relativamente à remuneração do distribuidor, a qual poderá ser paga pelo Fundo diretamente ao referido prestador de serviço; e (ii) R\$ 224.700,24 (duzentos e vinte quatro mil setecentos reais e vinte quatro centavos) relativamente às despesas de marketing e assessoria jurídica para estruturação e distribuição da Primeira Emissão (“Taxa de Administração Complementar”). A Taxa de Administração

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Complementar será paga em até 5 (cinco) dias a contar da primeira integralização do Fundo, observado que o valor da Taxa de Administração Complementar não consumirá o valor mínimo mensal da Remuneração do Administrador.

Parágrafo Quarto – A remuneração prevista no *caput* acima não pode ser aumentada sem prévia aprovação da Assembleia Geral, mas pode ser reduzida unilateralmente pela Administradora, que deverá comunicar esse fato aos Cotistas e à CVM e promover a devida alteração do Regulamento.

Parágrafo Quarto – A remuneração prevista no *caput* acima será apropriada diariamente (base 252 dias) sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo. Essa remuneração deverá ser paga mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

Parágrafo Quinto – O pagamento das despesas com prestadores de serviços, incluindo a Gestora, poderá ser efetuado diretamente pelo Fundo ao respectivo prestador de serviço, desde que os correspondentes valores sejam deduzidos da Taxa de Administração.

Parágrafo Sexto – Não será cobrada taxa de ingresso ou saída aos Cotistas do Fundo.

Artigo 7º – Não será cobrada taxa de *performance* do Fundo.

CAPÍTULO V

DA EMISSÃO, DA DISTRIBUIÇÃO, DO RESGATE, AMORTIZAÇÃO DE COTAS E DA LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 8º – As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio, serão escriturais e nominativas, e conferirão iguais direitos e obrigações aos Cotistas (“Cotas”).

Parágrafo Primeiro – As Cotas terão o seu valor calculado diariamente, com base em avaliação patrimonial que considere o valor de mercado dos ativos financeiros integrantes da carteira e realizada de acordo com as normas e procedimentos vigentes.

Parágrafo Segundo – O valor da Cota do dia é resultante da divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de Cotas do Fundo, apurados, ambos, no encerramento do dia, assim entendido o horário de fechamento dos mercados em que o Fundo atue (cota de fechamento).

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Parágrafo Terceiro – A qualidade de Cotista caracteriza-se pela inscrição do nome do titular no registro de Cotista do Fundo. Previamente à subscrição de Cotas, o investidor celebrará com o Fundo um compromisso de investimento, do qual deverá constar o valor total que o Cotista se obriga a integralizar no decorrer da vigência do Fundo (“Compromisso de Investimento”), de acordo com as Chamadas de Capital realizadas pela Administradora, na forma deste Regulamento.

Artigo 9º – As Cotas do Fundo podem ser transferidas mediante prévia e expressa anuência do Gestor e formalização de termo de cessão e transferência, assinado pelo cedente e pelo cessionário, não havendo direito de preferência para os Cotistas do Fundo. Ainda, as Cotas poderão ser transferidas por decisão judicial ou arbitral, operações de cessão fiduciária, execução de garantia ou sucessão universal, dissolução de sociedade conjugal ou união estável por via judicial ou escritura pública que disponha sobre a partilha de bens ou transferência de administração ou portabilidade de planos de previdência.

Parágrafo Primeiro – A transferência de titularidade das Cotas do Fundo fica condicionada à verificação, pela Administradora, do atendimento das formalidades estabelecidas neste Regulamento e na regulamentação vigente. Qualquer transferência de Cotas realizada em desacordo com este Artigo 9º será considerada nula e sem efeito, não devendo ser levada a registro pela Administradora.

Parágrafo Segundo – O cedente deverá solicitar por escrito à Administradora a transferência parcial ou total de suas Cotas indicando o nome e qualificação do cessionário, sendo que a Administradora deverá tomar as devidas providências para alteração da titularidade das Cotas.

Parágrafo Terceiro – Os adquirentes das Cotas que ainda não sejam Cotistas deverão igualmente preencher o conceito de Investidor Profissional, bem como deverão aderir aos termos e condições do Fundo por meio da assinatura e entrega à Administradora dos documentos por esta exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como novos Cotistas.

Parágrafo Quarto – No caso de as Cotas a serem transferidas não estarem integralizadas, o potencial adquirente deverá ainda, como condição de validade para a referida transferência, assumir expressamente, por escrito, a responsabilidade por todas as obrigações perante o Fundo

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

que haviam sido assumidas pelo alienante, inclusive considerando o quanto previsto no Compromisso de Investimentos e no tocante à integralização das Cotas não integralizadas.

Parágrafo Quinto – As Cotas do Fundo não serão admitidas à negociação em bolsa de valores ou entidade de balcão organizado.

Parágrafo Sexto – As Cotas serão mantidas em contas de depósito em nome dos Cotistas.

Parágrafo Sétimo – É admitido o investimento feito conjunta e solidariamente por mais de uma pessoa. Neste caso, toda aplicação realizada tem caráter solidário, sendo considerada como feita em conjunto por todos os referidos titulares. Para todos os efeitos perante a Administradora, cada titular é considerado como se fosse único proprietário das Cotas objeto de propriedade conjunta, ficando a Administradora validamente exonerada por qualquer pagamento feito a um, isoladamente, ou a todos em conjunto. Cada titular, isoladamente e sem anuência dos demais, pode investir, solicitar e receber resgate, parcial ou total, dar recibos e praticar todo e qualquer ato inerente à propriedade de Cotas. Da mesma forma, cada titular, isoladamente e indistintamente, tem o direito de comparecer e participar de Assembleias Gerais e exercer seu voto, sendo considerado para todos os fins de direito um único voto.

Parágrafo Oitavo – No gozo dos direitos econômicos e/ou políticos relacionados à propriedade das Cotas do Fundo, o ato de um titular aproveita ao cotitular, vinculando-o.

Parágrafo Nono – Os titulares estão cientes de que, nas Assembleias Gerais em que mais de um titular esteja presente e haja divergência de entendimentos entre si, não haverá exercício de voto se não chegarem a um consenso, devendo ser registrada abstenção.

Artigo 10 – A aplicação e o resgate de Cotas do Fundo podem ser efetuados (i) em ativos financeiros, nos termos do artigo 125, inciso I da ICVM 555; (ii) por meio de débito e crédito em conta corrente; (iii) por meio de Documento de Ordem de Crédito – DOC; (iv) por meio de Transferência Eletrônica Disponível – TED; (v) via B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; ou (vi) qualquer outro sistema de liquidação que venha a ser criado e legalmente reconhecido. Nas hipóteses em que aplicável, somente serão consideradas as aplicações como efetivadas após a devida disponibilização dos recursos na conta corrente do Fundo.

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Parágrafo Único – A utilização de ativos financeiros na integralização e resgate de Cotas deverá observar as condições estabelecidas pela CVM, bem como as correspondentes obrigações fiscais, eventualmente existentes, e ainda, os seguintes critérios:

I – os ativos financeiros a serem utilizados pelo Cotista na integralização das Cotas do Fundo deverão ser previamente aprovados pelo Gestor e compatíveis com a política de investimento do Fundo; e

II – a integralização das Cotas do Fundo poderá ser realizada desde que solicitada por escrito pelo Cotista, podendo ser via correio eletrônico devidamente cadastrado na base da Administradora, e desde que o valor a ser integralizado seja apurado com base no preço de mercado dos ativos financeiros utilizados na integralização.

Artigo 11 - As Cotas serão integralizadas pelo preço de integralização das Cotas, sendo este considerado o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) por Cota da data da primeira integralização do Fundo. Nas demais integralizações, o valor da Cota será atualizado pelo IPCA, desde a data da primeira integralização do Fundo até o fechamento do mês anterior da data da respectiva Chamada de Capital (“Preço de Integralização”), em atendimento às Chamadas de Capital a serem realizadas pela Administradora, conforme instruções do Gestor, observados os procedimentos descritos nos parágrafos abaixo e o disposto nos Compromissos de Investimento.

Parágrafo Primeiro - Uma vez firmados os Compromissos de Investimento, ficará a critério do Gestor determinar a realização da primeira Chamada de Capital, em montante a ser por ele definido. Na medida em que haja a necessidade de recursos para honrar acordos de investimento celebrados pelo Fundo ou para pagamento de despesas e encargos do Fundo, a Administradora, mediante instrução do Gestor nos termos deste Regulamento, realizará Chamadas de Capital, ou seja, comunicará os Cotistas por meio de notificação por escrito ou por correio eletrônico sobre tal necessidade, solicitando o aporte de recursos no Fundo mediante a integralização parcial ou total das Cotas subscritas por cada um dos Cotistas nos termos dos respectivos Compromissos de Investimento.

Parágrafo Segundo - A elaboração da Chamada de Capital será baseada na razão entre as Cotas já integralizadas e o total de Cotas subscritas por cada Cotista (“Percentual Integralizado”). Caso os Percentuais Integralizados se tornem diferentes entre os Cotistas do Fundo, e enquanto

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

perdurar referida diferença de Percentuais Integralizados, os Cotistas com o menor Percentual Integralizado serão chamados a integralizar suas respectivas Cotas prioritariamente aos demais Cotistas, até se igualarem aos Cotistas com o segundo menor Percentual Integralizado. Uma vez que os Percentuais Integralizados sejam iguais entre todos os Cotistas, novas Chamadas de Capital serão feitas proporcionalmente ao número de Cotas subscritas e não integralizadas por cada Cotista.

Parágrafo Terceiro - Ao receberem a Chamada de Capital, os Cotistas serão obrigados a pagar o valor estabelecido em cada Chamada de Capital, de acordo com as instruções da Administradora e o disposto no boletim de subscrição e Compromisso de Investimento, no prazo disposto na documentação pertinente, pela Administradora, da Chamada de Capital. Cada Chamada de Capital especificará o montante e o prazo para integralização das Cotas, que em nenhuma hipótese será inferior a 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento da Chamada de Capital pelo Cotista.

Parágrafo Quarto - A integralização de Cotas será realizada em moeda corrente nacional (a) por meio do sistema de cotas de fundos operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”), sendo que as movimentações serão sempre realizadas em nome dos Cotistas; ou (b) por meio de crédito dos respectivos valores em recursos disponíveis diretamente na conta de titularidade do Fundo, mediante qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo Quinto - Quando a data estipulada para qualquer integralização, amortização ou resgate de Cotas, na forma permitida na regulamentação vigente, coincidir com dia que seja feriado nacional, estadual ou municipal, nas duas últimas hipóteses se o feriado na cidade ou estado em que a Administradora tem sede, tal pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Sexto – As Cotas subscritas e não integralizadas até o término do Prazo de Duração serão automaticamente canceladas.

Parágrafo Sétimo – Não há limites mínimos e máximos de movimentação e permanência dos Cotistas no Fundo. O limite mínimo de investimento por Investidor no âmbito da primeira emissão de Cotas do Fundo será de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Artigo 12 – A ocorrência de qualquer descumprimento, total ou parcial, da obrigação do Cotista de aportar recursos no Fundo, nos termos do Compromisso de Investimento e respectivo boletim de subscrição, resultará na suspensão dos direitos do Cotista inadimplente (“Cotista Inadimplente”) de (a) voto nas Assembleias Gerais, (b) alienação ou transferência das suas Cotas do Fundo, e (c) recebimento de todas e quaisquer amortizações e todos os valores que lhe caberiam por ocasião da liquidação do Fundo.

Parágrafo Primeiro – Caso seja verificada a inadimplência do Cotista, a Administradora deverá enviar notificação por escrito ou por correio eletrônico ao Cotista notificando-o a respeito de referida inadimplência no mesmo dia em que esta for verificada, sendo que, caso a inadimplência não seja sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento, o Cotista passará a ser considerado um Cotista Inadimplente, para todos os efeitos deste Regulamento e do Compromisso de Investimento.

Parágrafo Segundo – Uma vez verificada a condição de Cotista Inadimplente, a Administradora poderá tomar quaisquer das seguintes providências, em conjunto ou isoladamente, a seu exclusivo critério:

- (i) iniciar, por si ou por meio de terceiros, os procedimentos de cobrança extrajudicial e/ou judicial para a cobrança dos valores correspondentes às Cotas não integralizadas conforme cada Chamada de Capital, acrescidos de (a) multa não-compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido, (b) atualização pelo IPCA e juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano calculados *pro rata temporis*, e (c) custos de tal cobrança (incluindo honorários de advogados e custas);
- (ii) deduzir o valor inadimplido de quaisquer distribuições pelo Fundo devidos a esse Cotista Inadimplente, desde a data em que esse saldo deveria ter sido pago até a data em que ocorrer o pagamento integral desse saldo, sendo certo que eventuais saldos existentes, após esta dedução, serão entregues ao Cotista Inadimplente;
- (iii) realizar Chamada de Capital, com o objetivo de que o saldo não integralizado pelo Cotista Inadimplente o seja pelos demais Cotistas, proporcionalmente à participação de cada Cotista na Chamada de Capital em questão, limitado ao respectivo saldo disponível

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

de cada Capital Comprometido (conforme definido no Compromisso de Investimento celebrado por cada Investidor) individual e desde que a nova Chamada de Capital seja suficiente para sanar o inadimplemento do Cotista Inadimplente;

(iv) suspender os direitos políticos e econômicos do Cotista Inadimplente, até o completo adimplemento de suas obrigações. Tais direitos políticos e patrimoniais, conforme descritos neste Regulamento, estarão suspensos até o que ocorrer primeiro dentre: (a) a data em que for quitada a obrigação do Cotista Inadimplente e (b) a data de liquidação do Fundo;

(v) reduzir o montante remanescente do Compromisso de Investimento do Cotista Inadimplente, podendo o Gestor zerar o Compromisso de Investimento do Cotista Inadimplente. Caso o Gestor zere o Compromisso de Investimento do Cotista Inadimplente, o Gestor poderá oferecer para qualquer terceiro, ao preço determinado pelo Gestor, o direito de subscrição previsto no Compromisso de Investimento do Cotista Inadimplente;

(vi) transferir ou alienar para qualquer terceiro, pelo preço estabelecido pelo Gestor, as Cotas subscritas e integralizadas de titularidade do Cotista Inadimplente, devendo o saldo, se houver, ser entregue ao Cotista Inadimplente; e

(vii) todas as despesas, incluindo honorários advocatícios, incorridas pela Administradora ou pelo Fundo relacionadas à inadimplência do Cotista Inadimplente deverão ser suportadas por tal Cotista, integralmente, a menos que seja de outra forma determinada pela Administradora, a seu exclusivo critério.

Parágrafo Terceiro – Caso o Cotista Inadimplente venha a cumprir com suas obrigações após a suspensão de seus direitos, conforme indicado acima, tal Cotista Inadimplente passará a usufruir novamente de todos os direitos que tenham sido suspensos, inclusive tornando-se novamente elegível ao recebimento de ganhos e rendimentos do Fundo, a título de amortização de suas Cotas.

Parágrafo Quarto – Se a Administradora realizar amortização de Cotas aos Cotistas do Fundo enquanto o Cotista Inadimplente for titular de Cotas do Fundo, os valores referentes à amortização devida ao Cotista Inadimplente serão utilizados pela Administradora para o

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

pagamento dos débitos do Cotista Inadimplente perante o Fundo. Eventuais saldos existentes, após a dedução de que trata este Artigo 12, serão entregues ao Cotista Inadimplente, a título de amortização de suas Cotas.

Artigo 13 – Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou da liquidação do Fundo. No entanto, a Administradora poderá realizar, conforme orientação do Gestor, amortizações parciais das Cotas do Fundo, em especial quando ocorrerem eventos de alienação dos ativos da Carteira do Fundo. A amortização será feita mediante rateio das quantias a serem distribuídas pelo número de Cotas integralizadas existentes.

Parágrafo Primeiro – Para fins de amortização de Cotas, será considerado o valor da Cota no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da amortização.

Parágrafo Segundo – Os pagamentos de amortização das Cotas serão realizados em moeda corrente nacional, por meio de documento de crédito (DOC), transferência eletrônica disponível (TED), ou qualquer sistema de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil. Não será admitido o pagamento de amortização por meio da entrega de títulos, valores mobiliários e ativos financeiros pertencentes à carteira do Fundo.

Parágrafo Terceiro – O pagamento aos Cotistas a título de amortização se dará após o abatimento de todas as taxas, encargos, comissões e despesas ordinárias do Fundo tratadas neste Regulamento.

Artigo 14 – O resgate de Cotas do Fundo será admitido apenas nas seguintes hipóteses: (a) quando do término do Prazo de Duração; ou (b) quando da liquidação do Fundo em eventos distintos daqueles que ensejarem sua liquidação antecipada, nos termos da regulamentação vigente, observadas as regras de movimentação indicadas abaixo:

MOVIMENTAÇÃO	HORÁRIO LIMITE DE SOLICITAÇÃO	DATA DA SOLICITAÇÃO	DATA DA CONVERSÃO	DATA DO PAGAMENTO
Resgate	14:30	N/A	D+0	2º Dia Útil subsequente a data da conversão*

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Artigo 15 – Na hipótese de liquidação do Fundo por deliberação da Assembleia Geral, a Administradora deve promover a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas, na proporção de suas Cotas detidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da realização da Assembleia Geral.

Artigo 16 – A Assembleia Geral deverá deliberar acerca da forma de pagamento dos valores devidos aos Cotistas.

Artigo 17 – A amortização de Cotas abrangerá todas as Cotas do Fundo, sendo caracterizada pelo pagamento uniforme a todos os Cotistas do Fundo de parcela do valor de suas Cotas mediante rateio das quantias a serem distribuídas sem redução do número de Cotas emitidas, e ocorrerá a exclusivo critério do Gestor sempre que houver recebimento de rendimentos dos ativos investidos pelo Fundo.

Artigo 18 – Em feriados de âmbito nacional, estadual ou municipal, nas duas últimas hipóteses se o feriado na cidade ou estado em que a Administradora tem sede, não haverá cálculo do valor da Cota do Fundo, bem como não haverá aplicações, resgates e amortizações do Fundo, nos termos do Artigo 11, Parágrafo Quinto, acima.

Artigo 19 – Em feriados de âmbito nacional, não haverá cálculo do valor da Cota do Fundo, bem como não haverá aplicações, resgates e amortizações do Fundo. Em feriados estaduais e municipais, independentemente do estado ou município, haverá cálculo de valor da Cota do Fundo, de forma que o Fundo estará apto a receber aplicações e realizar resgates e amortizações.

CAPÍTULO VI **DA POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS**

Artigo 20 – O Fundo incorporará ao seu patrimônio líquido dividendos, juros sobre capital próprio ou outros rendimentos porventura advindos de ativos financeiros que integrem a sua carteira. Alternativamente, os resultados auferidos pelo Fundo poderão ser destinados a amortizações parciais das Cotas do Fundo, nos termos do Artigo 13 deste Regulamento.

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Parágrafo Único – Qualquer amortização abrangerá todas as Cotas do Fundo e será feita na mesma data a todos os seus respectivos Cotistas, mediante rateio das quantias, em moeda corrente nacional, por meio de ordem de pagamento, mediante Transferência Eletrônica Disponível (TED), ou por meio da B3, ou ainda, outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil, a serem distribuídas pelo número de Cotas existentes e serão pagas aos Cotistas em até 10 (dez) dias, contados da data da definição da destinação pelo Gestor.

CAPÍTULO VII DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 21 – Compete privativamente à Assembleia Geral de Cotistas, além de outras matérias previstas neste Regulamento e na regulamentação vigente, deliberar sobre:

- I** – as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;
- II** – a substituição da Administradora ou do Custodiante do Fundo;
- III** – a substituição do Gestor;
- IV** – a fusão, a incorporação, a cisão, a transformação ou a liquidação antecipada do Fundo;
- V** – a instituição ou o aumento da Taxa de Administração, da taxa de performance ou da taxa máxima de custódia;
- VI** – a alteração da política de investimento do Fundo;
- VII** – a emissão de novas cotas do Fundo, quando aplicável;
- VIII** – a amortização e o resgate compulsório de Cotas; e
- IX** – a alteração deste Regulamento, ressalvado o disposto no artigo 47 da ICVM 555, conforme previsto no artigo 29 deste Regulamento.

Artigo 22 – A convocação da Assembleia Geral será realizada mediante correspondência física ou eletrônica encaminhada a cada Cotista e disponibilizada nas páginas da Administradora e do distribuidor na rede mundial de computadores.

Parágrafo Primeiro – A convocação de Assembleia Geral deverá enumerar, expressamente, na ordem do dia, todas as matérias a serem deliberadas, não se admitindo que sob a rubrica de assuntos gerais haja matérias que dependam de deliberação da Assembleia Geral.

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Parágrafo Segundo – A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com, no mínimo, 10 (dez) dias de antecedência da data de sua realização, e trará, obrigatoriamente, dia, hora e local em que será realizada a Assembleia Geral e a indicação da página na rede mundial de computadores em que o Cotista poderá acessar os documentos pertinentes à proposta a ser submetida à apreciação da assembleia Geral.

Parágrafo Terceiro – A presença da totalidade dos Cotistas supre a falta de convocação.

Artigo 23 – Anualmente, a Assembleia Geral deverá deliberar sobre as demonstrações contábeis do Fundo, fazendo-o até 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício social.

Parágrafo Primeiro – A Assembleia Geral a que se refere o *caput* somente pode ser realizada no mínimo 15 (quinze) dias após estarem disponíveis aos Cotistas as demonstrações contábeis auditadas relativas ao exercício encerrado.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral a que comparecerem todos os Cotistas poderá dispensar a observância do prazo estabelecido no parágrafo anterior, desde que o faça por unanimidade.

Parágrafo Terceiro – As demonstrações contábeis do Fundo cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a Assembleia Geral correspondente não seja instalada em virtude do não comparecimento de quaisquer Cotistas.

Artigo 24 – A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Cotista ou grupo de Cotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total de Cotas emitidas, poderão convocar a qualquer tempo Assembleia Geral de Cotistas, para deliberar sobre ordem do dia de interesse do Fundo ou dos Cotistas.

Parágrafo Único - A convocação por iniciativa do Gestor, do Custodiante ou de Cotistas será dirigida à Administradora, que deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, realizar a convocação da Assembleia Geral às expensas dos requerentes, salvo se a Assembleia Geral assim convocada deliberar em contrário.

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Artigo 25 – A Assembleia Geral se instalará com a presença de qualquer número de Cotistas.

Artigo 26 – As deliberações da Assembleia Geral de cotistas serão tomadas por maioria de votos dos Cotistas presentes, ressalvado o disposto abaixo, cabendo a cada cota 1 (um) voto.

Parágrafo Primeiro – Não obstante, a deliberação a respeito da matéria prevista no item III do Artigo 21 acima dependerá de aprovação de Cotistas representando 50% (cinquenta por cento) mais uma das Cotas integralizadas do Fundo.

Parágrafo Segundo - Somente podem votar na Assembleia Geral os Cotistas do Fundo inscritos no registro de Cotistas na data da convocação da assembleia Geral, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano.

Artigo 27 – Não podem votar nas Assembleias Gerais do Fundo:

I – a Administradora e o Gestor;

II – os sócios, diretores e funcionários da Administradora ou do Gestor;

III – empresas ligadas a Administradora e o Gestor, seus sócios, diretores, funcionários; e

IV – os prestadores de serviços do Fundo, seus sócios, diretores e funcionários.

Parágrafo Único - Às pessoas mencionadas nos incisos I a IV do Artigo 27 acima não se aplica a vedação prevista neste artigo quando (i) os únicos Cotistas forem, no momento de seu ingresso no Fundo, as pessoas mencionadas nos incisos I a IV; (ii) houver aquiescência expressa da maioria dos demais Cotistas presentes à Assembleia Geral, manifestada na própria assembleia, ou em instrumento de procuração que se refira especificamente à assembleia em que se dará a permissão de voto.

Artigo 28 – O resumo das decisões da Assembleia Geral deverá ser enviado a cada Cotista no prazo de até 30 (trinta) dias após a data de sua realização, podendo ser utilizado para tal finalidade o extrato mensal de conta de que trata o artigo 56, inciso II da ICVM 555.

Parágrafo Primeiro – Caso a Assembleia Geral seja realizada nos últimos 10 (dez) dias do mês, a comunicação de que trata o *caput* poderá ser efetuada no extrato de conta relativo ao mês seguinte ao da realização da Assembleia Geral.

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Parágrafo Segundo – Caso o Cotista não tenha comunicado à Administradora eventual alteração de seu endereço de cadastro – físico ou eletrônico, a Administradora ficará exonerada do dever de envio de documentos e/ou informações previstos na regulamentação vigente, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço informado pelo Cotista anteriormente.

Artigo 29 – Este Regulamento pode ser alterado, independentemente da Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente (i) da necessidade de atendimento a exigências expressas de adequação a normas legais ou regulamentares da CVM, de entidade administradora de mercados organizados onde as Cotas do Fundo sejam admitidas à negociação, ou de entidade autorreguladora, nos termos da legislação aplicável e de convênio com a CVM; (ii) em virtude da atualização dos dados cadastrais dos prestadores de serviço do Fundo, tais como alteração na razão social, endereço, página na rede mundial de computadores e telefone; ou (iii) da redução da Taxa de Administração, de custódia ou performance, caso aplicável, pagas pelo Fundo.

Parágrafo Único – As alterações referidas acima devem ser comunicadas ao Cotista, por correspondência física ou eletrônica, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data em que tiverem sido implementadas.

Artigo 30 – As deliberações privativas de Assembleia Geral de Cotistas podem ser adotadas mediante processo de consulta formalizada em carta, correio eletrônico ou telegrama, dirigido pela Administradora a cada cotista, para resposta no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos.

Parágrafo Primeiro – Deverão constar da consulta todos os elementos informativos necessários ao exercício de voto.

Parágrafo Segundo – O quórum de deliberação, em casos de processos de consulta formal, será o de maioria das Cotas emitidas, independentemente da matéria.

Artigo 31 – O Cotista também poderá votar por meio de comunicação escrita, física ou eletrônica, desde que recebida pela Administradora antes do início da Assembleia Geral e desde que tal

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

possibilidade conste expressamente da carta de convocação, com a indicação das formalidades a serem cumpridas.

CAPÍTULO VIII DA POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Artigo 32 – A Administradora, em atendimento à política de divulgação de informações referentes ao Fundo, está obrigada a:

I – remeter mensalmente ao Cotista extrato de conta contendo, no mínimo, as informações exigidas pela regulamentação vigente, incluindo: (i) nome e número de inscrição no CNPJ/ME do Fundo; (ii) nome, endereço e número de inscrição no CNPJ/ME da Administradora; (iii) saldo e valor das cotas no início e no final do período informado, bem como a movimentação ocorrida ao longo de referido período; (iv) nome do Cotista; (v) rentabilidade do Fundo auferida entre o último dia útil do mês anterior e o último dia útil do mês de referência do extrato; (vi) a data de emissão do extrato; e (vii) telefone, correio eletrônico e endereço para correspondência do Serviço de Atendimento aos Cotistas;

II – divulgar, em lugar de destaque na sua página na rede mundial de computadores, e sem proteção de senha, a demonstração de desempenho do Fundo relativas (i) aos 12 (doze) meses findos em 31 de dezembro, até o último dia útil de fevereiro de cada ano; e (ii) aos 12 (doze) meses findos em 30 de junho, até o último dia de agosto de cada ano;

III – divulgar, imediatamente, por correspondência a todos os Cotistas e de comunicado pelo Sistema de Envio de Documentos disponível na página da Comissão de Valores Mobiliários, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado ao funcionamento do Fundo, ou aos ativos financeiros integrantes de sua carteira.

Parágrafo Primeiro - A remessa das informações de que trata o inciso I poderá ser dispensada pelos Cotistas quando do ingresso no Fundo, por meio de declaração firmada no Termo de Adesão ao Fundo.

Parágrafo Segundo - Caso o Cotista não tenha comunicado a Administradora a atualização de seu endereço, seja para envio de correspondência por carta ou meio eletrônico, a Administradora

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

ficará exonerada do dever de prestar-lhe as informações previstas neste regulamento e legislação em vigor, a partir da última correspondência que houver sido devolvida por incorreção no endereço declarado.

CAPÍTULO IX DA POLÍTICA DE EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Artigo 33 – O Gestor adota política de exercício de direito de voto (“Política de Voto”) em Assembleias Gerais, que disciplina os princípios gerais, o processo decisório e quais são as matérias relevantes obrigatórias para o exercício do direito de voto. A Política de Voto orienta as decisões do Gestor em assembleias de detentores de títulos e valores mobiliários que confirmam aos seus titulares o direito de voto. Na hipótese de comparecimento e de efetivo exercício do direito de voto, a Administradora colocará à disposição na sua sede o material referente à Assembleia Geral, para eventual consulta.

Parágrafo Primeiro - A Política de Voto do Gestor destina-se a estabelecer a participação do Gestor em todas as assembleias gerais dos emissores de títulos e valores mobiliários que confirmam direito de voto aos fundos de investimento sob sua gestão, nas hipóteses previstas em seus respectivos regulamentos e quando na pauta de suas convocações constarem as matérias relevantes obrigatórias descritas na referida Política de Voto. Ao votar nas assembleias representando os fundos de investimento sob sua gestão, o Gestor buscará votar favoravelmente às deliberações que, a seu ver, propiciem a valorização dos ativos financeiros que integrem a carteira do fundo de investimento.

Parágrafo Segundo - A versão integral da Política de Voto do Gestor encontra-se disponível no website do Gestor no endereço: <https://www.rbrasset.com.br/manuais-cvm/>

CAPÍTULO X DA TRIBUTAÇÃO

Artigo 34 – As operações da carteira do Fundo, de acordo com a legislação vigente, não estão sujeitas à tributação pelo imposto de renda ou IOF, na modalidade TVM (“IOF/TVM”).

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

Artigo 35 – A Administradora e o Gestor, na definição da composição da carteira do Fundo, buscarão perseguir o tratamento tributário de longo prazo segundo classificação definida para fundos de investimento pela regulamentação vigente.

Parágrafo Primeiro – Em sendo cumpridos os requisitos para o tratamento tributário previsto no *caput*, na hipótese de resgate das cotas por ocasião do encerramento do prazo de duração do Fundo ou sua liquidação, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das cotas, sendo tributado na fonte na forma e alíquotas a seguir descritos:

I - 22,5% (vinte e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) – aplicações com prazo até 180 (cento e oitenta) dias;

II - 20,0% (vinte inteiros por cento) – aplicações com prazo de 181 (cento e oitenta e um) dias até 360 (trezentos e sessenta) dias;

III - 17,5% (dezessete inteiros e cinquenta centésimos por cento) – aplicações com prazo de 361 (trezentos e sessenta e um) dias até 720 (setecentos e vinte) dias;

IV - 15,0% (quinze inteiros por cento) – aplicações com prazo superior a 720 (setecentos e vinte) dias.

Parágrafo Segundo – A cobrança do imposto de que trata o Parágrafo Primeiro será feita pela retenção de parte do valor resgatado.

Parágrafo Terceiro – No caso de amortização de cotas, o imposto deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, na proporção da parcela amortizada, à alíquota aplicável com base no prazo médio dos títulos componentes da carteira do Fundo, às alíquotas regressivas descritas à hipótese de resgate das cotas, definidas em função do prazo do investimento do Cotista respectivo.

Parágrafo Quarto – Os resgates e amortizações ocorridos em prazo inferior a 30 (trinta) dias da data de aplicação no Fundo sofrerão tributação pelo IOF/TVM, conforme tabela decrescente em função do prazo. A partir do 30º (trigésimo) dia de aplicação não há incidência de IOF/TVM. Esse imposto é de 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor do resgate, limitado ao rendimento da aplicação em função do prazo de acordo com uma tabela regressiva. Começa com uma alíquota de 96% (noventa e seis por cento) do rendimento (para resgates e amortizações no 1º dia útil

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

subsequente ao da aplicação) e vai a zero para resgates e amortizações a partir do 30º dia da data da aplicação.

Parágrafo Quinto – NÃO HÁ GARANTIA DE QUE ESTE FUNDO TERÁ O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PARA FUNDOS DE LONGO PRAZO. A Administradora e o Gestor envidarão melhores esforços para manter a composição da carteira do Fundo adequada ao tratamento tributário aplicável aos fundos de investimento considerados de “longo prazo” para fins tributários, procurando assim, evitar modificações que impliquem em alteração do tratamento tributário do Fundo e dos Cotistas. No entanto, não há garantia de que este tratamento tributário será sempre aplicável ao Fundo devido a possibilidade de ser reduzido o prazo médio de sua carteira, em razão, entre outros motivos, da adoção de estratégias de curto prazo pelo Gestor para fins de cumprimento da política de investimentos do Fundo e/ou proteção da carteira do Fundo, bem como de alterações nos critérios de cálculo do prazo médio da carteira dos fundos de investimentos pelas autoridades competentes. Ainda, há a possibilidade de ocorrer eventual alteração na legislação tributária vigente aplicável aos fundos de investimento, conforme previsto no Artigo 43 deste Regulamento, item “Risco tributário”.

Parágrafo Sexto - Caso, por razões estratégicas e/ou operacionais decorrentes da busca do cumprimento da política de investimento, a carteira do Fundo apresentar características de curto prazo, como tal entendendo-se aquela cuja composição de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, o imposto de renda será cobrado às seguintes alíquotas:

- i. 22,5% (vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento), em aplicações com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
- ii. 20% (vinte por cento), em aplicações com prazo acima de 181 (cento e oitenta e um) dias;

Artigo 36 – O disposto nos artigos anteriores não se aplica aos Cotistas sujeitos a regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

Artigo 37 – O aporte de ativos financeiros no Fundo será feito de acordo com a legislação em vigor, notadamente o artigo 1º da Lei 13.043/14, devendo ser realizado a valor de mercado e mediante a apresentação dos documentos e comprovações nele previstos.

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

Parágrafo Primeiro – Por ocasião do aporte, a Administradora reserva-se no direito de apurar eventuais tributos devidos e exigir, como condição para a efetivação da operação e a seu exclusivo critério, o prévio recebimento dos recursos necessários à quitação desses.

Parágrafo Segundo – A Administradora reserva-se no direito de requalificar operações que, na essência, sejam equivalentes a aportes para a elas aplicar as exigências previstas neste artigo.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 38 – Eventuais prejuízos decorrentes dos investimentos realizados pelo Fundo serão rateados entre os Cotistas, na proporção de suas Cotas, sendo certo que as aplicações realizadas pelos Cotistas no Fundo não contam com garantia da Administradora, do Gestor, do distribuidor de Cotas do Fundo ou de qualquer instituição pertencente ao mesmo conglomerado financeiro, tampouco do Fundo Garantidos de Crédito – FGC.

Artigo 39 – A Administradora mantém serviço de atendimento ao Cotista, responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, à disposição dos Cotistas, em sua sede e/ou dependências. Adicionalmente, poderão ser obtidas na sede e/ou dependências da Administradora resultados do Fundo em exercícios anteriores, e outras informações referentes a exercícios anteriores do Fundo, tais como demonstrações contábeis, relatórios da Administradora e demais documentos pertinentes que tenham sido divulgados ou elaborados por força de disposições regulamentares aplicáveis a fundos de investimentos.

Parágrafo Único – Nos termos do artigo 42 da ICVM 555, conforme alterada, fica dispensada a elaboração de lâmina de informações essenciais, tendo em vista o público alvo do Fundo.

Artigo 40 – Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para quaisquer ações nos processos judiciais relativos ao Fundo ou a questões decorrentes do presente Regulamento.

CAPÍTULO XII DOS FATORES DE RISCO E DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

Artigo 41 – A carteira do Fundo, bem como a carteira de eventuais fundos investidos (“Fundos Investidos”) estão sujeitas às flutuações de preços e/ou cotações do mercado, conforme o caso, aos riscos de crédito e liquidez e às variações de preços e cotações inerentes aos seus ativos financeiros, o que pode acarretar perda patrimonial ao Fundo e aos Cotistas.

Parágrafo Primeiro – Por meio da análise dos cenários macroeconômicos nacionais e internacionais, dos riscos de mercado, de crédito e liquidez, são definidas, pelo Gestor, as estratégias e a seleção de ativos financeiros do Fundo, respeitando-se sempre a legislação, as normas e regulamentos aplicáveis, bem como as diretrizes estabelecidas no regulamento do Fundo.

Parágrafo Segundo – As estratégias de investimento do Fundo podem resultar em significativas perdas patrimoniais para seus Cotistas.

Artigo 42 – O Gestor e a Administradora podem utilizar uma ou mais métricas de monitoramento de risco descritas neste artigo para aferir o nível de exposição do Fundo aos riscos ora mencionados, de forma a adequar os investimentos do Fundo a seus objetivos. A supervisão e o gerenciamento de riscos são realizados por áreas independentes do Gestor e/ou da Administradora, no limite de suas respectivas competências.

Parágrafo Primeiro – Uma das métricas adotadas para gerenciamento de risco do Fundo é o *Value at Risk* (VaR). O cálculo do VaR é realizado utilizando-se o modelo de simulação histórica, de forma que nenhuma hipótese a respeito da distribuição estatística dos eventos é realizada. Além disso, são preservadas todas as correlações entre os ativos financeiros e as classes de ativos financeiros presentes no produto. O VaR é calculado em três níveis distintos: (i) o primeiro nível determina a exposição de cada ativo individualmente, mediante a simulação de todas as variáveis envolvidas na sua precificação; (ii) o segundo determina o risco por classe de ativos financeiros, apontando a exposição em cada um dos mercados nos quais o Fundo atua levando em consideração a correlação entre cada um dos ativos financeiros; e (iii) o terceiro nível permite que seja mensurado o risco do Fundo como um todo, determinando a exposição conjunta de toda carteira. (iv) Por fim, são analisados os resultados das simulações realizadas com os cenários aplicáveis. Deve ser ressaltado que os resultados apresentados pelo modelo de VAR possuem intervalos de confiança específicos (em geral, 95% e 99%), de forma que perdas

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

maiores que aquelas cobertas pelo intervalo de confiança podem ocorrer e estão previstas no modelo.

Parágrafo Segundo – Outra métrica complementar é o teste de estresse para estimar o comportamento da carteira do Fundo em diferentes condições de mercado, baseada em cenários históricos ou em cenários hipotéticos (buscando, neste caso, avaliar os resultados potenciais do Fundo em condições de mercado que não necessariamente tenham sido observadas no passado).

Parágrafo Terceiro – Os métodos utilizados para o gerenciamento dos riscos a que o Fundo se encontra sujeito não constituem garantia contra eventuais perdas patrimoniais que possam ser incorridas pelo Fundo. Ainda, a exatidão das simulações e estimativas utilizadas no monitoramento pode depender de fontes externas de informação, as quais serão as únicas responsáveis pelos dados fornecidos, não respondendo a Administradora tampouco o Gestor, caso os dados fornecidos por tais fontes estiverem incorretos, incompletos ou caso sua divulgação seja suspensa, prejudicando o referido monitoramento.

Parágrafo Quarto – Há, ainda, um processo de administração do risco de liquidez, realizado pelo Gestor e supervisionado pela Administradora nos termos da regulamentação aplicável, consistente no monitoramento dos ativos passíveis de liquidação financeira nas condições vigentes de mercado, no prazo estabelecido pelo Regulamento do Fundo para o pagamento dos pedidos de resgate e cumprimento de todas as suas obrigações. Este monitoramento leva também em consideração o passivo do Fundo, analisando o perfil de concentração dos Cotistas e seus históricos de aplicações/resgates. O monitoramento periódico não garante limites de perdas ou a eliminação dos riscos, sendo certo de que medidas de risco são quantitativas, baseadas em parâmetros estatísticos e estão sujeitas às condições de mercado.

Artigo 43 – Dentre os fatores de risco a que o Fundo e os Fundos Investidos estão sujeitos, incluem-se, sem limitação:

- I. **Risco de mercado:** Os ativos componentes da carteira do Fundo e dos Fundos Investidos, inclusive os títulos públicos, estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias e expectativas econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a notícias e fatos específicos a respeito dos emissores dos títulos representativos dos ativos do Fundo e dos Fundos

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO

MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º

44.951.827/0001-56

Investidos. As variações de preços dos ativos poderão ocorrer também em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo inclusive ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

- II. **Risco de mercado externo**: O Fundo poderá investir seu patrimônio líquido em ativos financeiros negociados no exterior e, conseqüentemente, as performances do Fundo e dos Fundos Investidos podem ser afetadas por requisitos legais ou regulatórios, por exigências tributárias relativas a todos os países nos quais eles invistam ou, ainda, pelo risco cambial. Podem ocorrer atrasos na transferência de juros, dividendos, ganhos de capital ou principal, dos ativos localizados em países estrangeiros em que investe, o que pode interferir na liquidez e no desempenho do Fundo. As operações poderão ser realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e futuros ou registradas em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira de diferentes países que, podem estar sujeitos a distintos níveis de regulamentação e supervisionados por autoridades locais reconhecidas, entretanto não existem garantias acerca da integridade das operações cursadas em tais países e nem, tampouco, sobre a igualdade de condições de acesso aos mercados locais. Além dos riscos ligados as condições econômicas nos países e jurisdições em que os investimentos do Fundo e dos Fundos Investidos forem realizados, os investimentos feitos no exterior estão expostos a certos riscos que podem ser – (i) instabilidade política e econômica, (ii) imprevisibilidade do fluxo de comércio entre os países, (iii) possibilidade de ações de governos estrangeiros como expropriação, nacionalização e confisco, (iv) imposição ou modificação de controles de câmbio, (v) volatilidade de preço, (vi) imposição de impostos sobre investimentos, dividendos, juros e outros ganhos, (vii) flutuação das taxas de câmbio, (viii) diferentes leis de falência e alfândega. Apesar de o Gestor levar esses fatores em consideração na realização dos investimentos do Fundo e dos Fundos Investidos, não há garantia de que o Gestor avaliará esses riscos adequadamente. Além disso, o valor dos investimentos do Fundo e dos Fundos Investidos em ativos no exterior pode ser significativamente afetado por mudanças nas taxas de câmbio, as quais podem apresentar alta volatilidade. Embora o Gestor possa tentar realizar estratégias de proteção (*hedge*) contra riscos de variação cambial, não há certeza de que esse *hedge* será eficaz ou eficiente em termos de custo, assim o Gestor pode decidir por não realizar *hedge* ou por realizá-lo parcialmente.

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO

MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º

44.951.827/0001-56

- III. **Risco cambial**: Consiste no risco de oscilação do preço da moeda estrangeira ou a variação de uma taxa de juros/cupom cambial que poderá afetar, negativamente a carteira do Fundo com a consequente possibilidade de perda do patrimônio líquido em virtude de esta estar aplicada em ativos atrelados direta ou indiretamente à variação da moeda estrangeira e/ou ativos no exterior.
- IV. **Risco de descontinuidade**: A Assembleia Geral de Cotistas do Fundo e os investidores dos Fundos Investidos poderão optar pela sua liquidação antecipada do Fundo ou dos Fundos Investidos, respectivamente. Nessas situações, os Cotistas terão seu horizonte de investimento original reduzido, o que poderá afetar o retorno esperado do patrimônio líquido no Fundo.
- V. **Risco de crédito**: Os títulos públicos e/ou privados de dívida que compõem a carteira do Fundo e dos Fundos Investidos estão sujeitos à capacidade dos seus emissores e/ou contrapartes do Fundo e/ou dos Fundos Investidos em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Alterações nas condições financeiras dos ativos financeiros da carteira do Fundo e/ou dos Fundos Investidos, dos emissores dos títulos e/ou contrapartes de transações do Fundo e/ou dos Fundos Investidos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros e/ou dos emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão também trazer impactos nos preços e na liquidez de referidos ativos. Nesse sentido, o Fundo está sujeito a risco de perda substancial de seu patrimônio líquido em caso de eventos que acarretem o não pagamento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, inclusive por força de intervenção, liquidação, regime de administração temporária, falência, recuperação judicial ou extrajudicial dos emissores responsáveis pelos ativos do Fundo. O Fundo e os Fundos Investidos poderão ainda incorrer em outros riscos de crédito, especialmente quando da liquidação das operações realizadas por meio de instituições financeiras que venham a intermediar as operações de compra e venda dos ativos financeiros. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos financeiros ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

- VI. **Resgate e liquidez das Cotas:** O Fundo, constituído nos termos de um regime de condomínio fechado, não permite o resgate de suas Cotas a qualquer momento. A amortização das Cotas será feita conforme previsto neste Regulamento. Além disso, o mercado secundário de cotas de fundos de investimento é muito subdesenvolvido no Brasil, e os Cotistas que desejarem retirar seus investimentos do Fundo correm o risco de não conseguir negociar suas Cotas no mercado secundário devido à possível ausência de compradores interessados. Assim, em virtude da liquidez reduzida das Cotas, os Cotistas poderão ter dificuldade em vender suas Cotas ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas Cotas.
- VII. **Risco relacionado a fatores macroeconômicos e à política governamental:** O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora ou do Gestor tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários, situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, que poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do Fundo e dos Fundos Investidos e (b) inadimplência dos emissores dos ativos. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os Cotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates. Ainda, o Fundo estará sujeito aos efeitos da política econômica praticada pelo Governo Federal e àquelas praticadas pelos governos dos países em que o Fundo e os Fundos Investidos realizarem investimentos. Ocasionalmente, o governo brasileiro intervém na economia realizando relevantes mudanças em suas políticas. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar as políticas econômica e monetária têm envolvido, no passado recente, alterações nas taxas de juros, desvalorização da moeda, controle de câmbio, aumento das tarifas públicas, entre outras medidas. Essas políticas, bem como outras condições macroeconômicas, têm impactado significativamente a economia e o mercado de capitais nacional. A adoção de medidas que possam resultar na flutuação da moeda, indexação da economia, instabilidade de preços, elevação de taxas de juros ou influenciar a política fiscal vigente poderão impactar os negócios, as condições

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

financeiras, os resultados operacionais dos Fundos Investidos e do Fundo e a consequente distribuição de rendimentos aos Cotistas do Fundo. Impactos negativos na economia, tais como recessão, perda do poder aquisitivo da moeda e aumento exagerado das taxas de juros resultantes de políticas internas ou fatores externos podem influenciar nos resultados dos Fundos Investidos e do Fundo. Qualquer deterioração na economia dos países em que o Fundo e/ou os Fundos Investidos venham a investir, ou recessão e o impacto dessa deterioração ou recessão nos demais países em que o Fundo possuir investimentos (diretamente ou indiretamente) podem ter efeito negativo na rentabilidade e performance do Fundo e dos Fundos Investidos.

- VIII. **Risco regulatório**: As eventuais alterações nas normas ou leis aplicáveis ao Fundo, seus ativos financeiros e aos Fundos Investidos, incluindo, mas não se limitando àquelas referentes a tributos, podem causar um efeito adverso relevante no preço dos ativos e/ou na performance das posições financeiras adquiridas pelo Fundo e/ou pelos Fundos Investidos.
- IX. **Risco de concentração**: Em razão da política de investimento do Fundo e dos Fundos Investidos, a carteira do Fundo poderá estar exposta a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. A concentração dos investimentos, nos quais o Fundo aplica seus recursos, em determinado(s) emissor(es), pode aumentar a exposição da carteira do Fundo aos riscos mencionados acima, ocasionando volatilidade no valor de suas Cotas. Embora a diversificação seja um dos objetivos do Fundo, não há garantia do grau de diversificação que será obtido, seja em termos geográficos ou de tipo de ativo financeiro, ainda que os limites estabelecidos pela regulamentação sejam devida e plenamente, observados.
- X. **Risco de alocação**: Apesar dos esforços do Gestor na seleção, controle e acompanhamento dos ativos do Fundo, pode ser possível que haja investimentos malsucedidos que venham a gerar perdas para o seu patrimônio líquido. A eventual concentração de investimentos em determinado emissor, em cotas de um mesmo fundo de investimento, e em cotas de fundos de investimento administrados e/ou geridos por uma mesma pessoa jurídica pode aumentar a exposição da Carteira do Fundo e consequentemente, aumentar os riscos de crédito e liquidez do Fundo.

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO

MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º

44.951.827/0001-56

- XI. **Risco de patrimônio negativo**: As eventuais perdas patrimoniais dos Cotistas não estão limitadas ao valor do capital subscrito. Como resultado, os Cotistas podem ser chamados a aportar recursos adicionais no Fundo caso seu patrimônio fique negativo, inclusive em valores que excedam os constantes de seus respectivos Compromissos de Investimento.
- XII. **Inexistência de garantia de rentabilidade**: A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Ademais, as aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. Poderá ocorrer, inclusive, perda total do Patrimônio Líquido do Fundo e, conseqüentemente pelos Cotistas.
- XIII. **Dependência do Gestor**: A gestão da carteira do Fundo e a sua *performance* dependerão em larga escala das habilidades e expertise do grupo de profissionais do Gestor. A perda de um ou mais executivos do Gestor poderá ter impacto significativo nos negócios e na performance financeira do Fundo. O Gestor também pode se tornar dependente dos serviços de consultores externos e suas equipes. Se esses serviços se tornarem indisponíveis, o Gestor pode precisar recrutar profissionais especializados, sendo que poderá enfrentar dificuldades na contratação de tais profissionais.
- XIV. **Riscos referentes aos impactos causados por surtos, epidemias, pandemias e/ou endemias de doenças**: O surto, epidemia, pandemia e/ou endemia de doenças no geral, inclusive aquelas passíveis de transmissão por humanos, no Brasil ou nas demais partes do mundo, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais interno e/ou global, conforme o caso, e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira e internacional. Adicionalmente, o surto, epidemia e/ou endemia de tais doenças poderá afetar diretamente o mercado imobiliário, o mercado de fundo de investimento, o Fundo e o resultado de suas operações. Surtos, epidemias, pandemias ou endemias ou potenciais surtos, epidemias, pandemias ou endemias de doenças, como o Coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, pode ter um impacto adverso nas operações do mercado imobiliário, incluindo em relação aos ativos na carteira do Fundo. Qualquer surto, epidemia, pandemia e/ou endemia de uma

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira e no mercado imobiliário. Surtos, epidemias, pandemias e/ou endemias de doenças também podem resultar em políticas de quarentena da população ou em medidas mais rígidas de *lockdown* da população, o que pode vir a prejudicar as operações, receitas e desempenho do Fundo e dos imóveis que vierem a compor seu portfólio, bem como afetaria a valorização das Cotas do Fundo e de seus rendimentos.

- XV. **Risco tributário**: Estão em trâmite no Congresso Nacional discussões referentes a uma proposta de reforma tributária, que, dentre outras matérias, discute possíveis alterações nas regras tributárias vigentes aplicáveis a fundos de investimento. Nesse sentido, considerando o estágio inicial das discussões, não é possível afirmar que as regras de tributação aplicáveis ao Fundo, na forma como previstas neste Regulamento e na legislação pertinente, serão mantidas futuramente. Caso ocorram alterações que aumentem a carga tributária do Fundo e/ou de seus Cotistas, o resultado esperado pelos Cotistas poderá ser negativamente afetado.
- XVI. **Risco relacionado à gestão de fundos paralelos pelo Gestor**: O Gestor poderá, direta ou indiretamente, por meio de suas afiliadas, atuar na gestão de fundos paralelos que tenham objetivo similar ao do Fundo ("Fundos Paralelos"), não havendo, portanto, garantias de que o Fundo será o único veículo do grupo destinado aos setores relacionados aos Fundos Investidos. Caso existam outros fundos com estratégia similar à do Fundo, os investimentos destinados aos setores relacionados aos Fundos Investidos poderão ser alocados nos demais fundos e/ou distribuídos entre os fundos em quantidades convenientes ou desejáveis à satisfação da política de investimento de cada fundo, de acordo com as políticas e manuais do Gestor, o que pode resultar em investimentos menores ou mesmo a não realização destes investimentos pelo Fundo.
- XVII. **Outros riscos**: Não há garantia de que o Fundo ou os Fundos Investidos sejam capazes de gerar retornos para seus investidores. Não há garantia de que os Cotistas receberão qualquer distribuição do Fundo. Consequentemente, investimentos no Fundo somente devem ser realizados por investidores que possam lidar com a possibilidade de perda da totalidade dos recursos investidos.

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

Artigo 44 – Não obstante o emprego, pela Administradora e pelo Gestor, de plena diligência e da boa prática de administração e gestão de fundos de investimento e da estrita observância da política de investimento definida neste Regulamento, das regras legais e regulamentares em vigor, este estará sujeito a outros fatores de risco, que poderão ocasionar perdas ao seu patrimônio e, conseqüentemente, ao Cotista.

Artigo 45 – O Gestor, visando proporcionar a melhor rentabilidade aos Cotistas, poderá, respeitadas as limitações deste Regulamento e da legislação, definir livremente o grau de concentração da carteira de aplicação do Fundo. Não obstante a diligência do Gestor em selecionar as melhores opções de investimento, os investimentos do Fundo estão, por sua própria natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado e a riscos de crédito, que podem gerar depreciação dos ativos financeiros da carteira do Fundo, não atribuível a atuação do Gestor. A eventual concentração de investimentos do Fundo em determinados emissores pode aumentar a exposição da carteira aos riscos mencionados acima e, conseqüentemente aumentar a volatilidade das Cotas.

CAPÍTULO XIII DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 46 – Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas, que lhe podem ser debitadas diretamente:

- I** – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- II** – despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na ICVM 555 e na regulamentação vigente;
- III** – despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- IV** – honorários e despesas do auditor independente;
- V** – emolumentos e comissões pagas por operações do Fundo;

Regulamento

RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR CNPJ n.º 44.951.827/0001-56

VI – honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;

VII – parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII – despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do Fundo;

IX – despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

X – despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários;

XI – no caso de fundo fechado, a contribuição anual devida às bolsas de valores ou às entidades do mercado organizado em que o Fundo tenha suas cotas admitidas à negociação;

XII – as taxas de administração e de performance, se houver;

XIII – os montantes devidos aos fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na Taxa de Administração e/ou performance, desde que, observado o disposto no artigo 85, § 8º da ICVM 555; e

XIV – honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado, se houver.

Parágrafo Único – Quaisquer despesas não previstas como encargos do Fundo, inclusive aquelas de que trata o artigo 84, § 4º da ICVM 555, se couber, correm por conta da Administradora, devendo ser por ela contratadas.

CAPÍTULO XIV

Regulamento

**RBR CLUB III ADVISORY FUNDO DE INVESTIMENTO
MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR** CNPJ n.º
44.951.827/0001-56

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Artigo 47 – O Fundo deve ter escrituração contábil própria, devendo suas contas e demonstrações contábeis ser segregadas das da Administradora.

Parágrafo Primeiro – A elaboração das demonstrações contábeis do Fundo deve observar as normas específicas da CVM.

Parágrafo Segundo – As demonstrações contábeis do Fundo devem ser auditadas anualmente por auditor independente, devidamente registrado na CVM, observadas nas normas que disciplinam o exercício dessa atividade.

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A
- Administradora -